

A (im)precisão dos sentidos: uma reflexão acerca da ambiguidade pela ótica discursiva

Michele Teixeira PASSINI¹

"E o senhor disse: Eis que o povo é um, e todos têm uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer. Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro."
(Gênesis, 11)

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de realizar uma reflexão acerca do fenômeno da ambiguidade. Para tanto, iniciaremos abordando a língua como objeto de estudo e os diferentes olhares que pode receber. Apresentaremos, primeiramente, a visão de Aristóteles, o qual considera a ambiguidade, por ele referida como *anfibolia*, como consequência da discrepância entre a infinitude das coisas e a finitude dos nomes que as representam. Passaremos então a discutir a explicação dada pela Semântica Formal, por meio dos escritos de Ruth Kempson. Finalmente, traremos a perspectiva da Análise do Discurso francesa, cujos pressupostos serão norteadores da presente reflexão. Os recortes que traremos para a análise, nos permitirão demonstrar a busca por uma língua que possa veicular sentidos únicos, que, mediante reflexão sistemática, possa ser "higienizada" daqueles elementos que possam fomentar a ambiguidade.

Palavras-chave: ambiguidade; língua; sentido.

Abstract: This article presents a reflection about the phenomenon of ambiguity. For this purpose we will firstly introduce the language as an object of study and the different approaches that it might receive. We start with Aristotle's vision, who refers to it as amphiboly and considers it to be a consequence of the discrepancy caused by the infinitude of things and the finitude of the names which represent them. We will then discuss the explanation given by the Formal Semantics based on Ruth Kempson's studies. Finally, we will bring the French Discourse Analysis perspective which conceptions will guide us in this reflection. The excerpts which will bring for analysis will allow us to demonstrate a search for a language that may evoke unique meanings, which before systematic reflection may be "sanitized" from those elements that may provoke ambiguity.

Keywords: ambiguity; language; meaning.

Introdução

A passagem bíblica que nos serve de epígrafe refere-se ao

¹ Mestre em Linguística. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava – PR.
Correio eletrônico: michele.at@gmail.com

episódio de Babel, narrado no Gênesis, no qual, diante do que considerou ousadia dos homens – a construção de uma cidade e de uma torre cujo topo tocasse o céu –, o Senhor os pune espalhando-os geograficamente e fazendo com que cada um tenha uma língua diferente. Desse modo, o que o mito de Babel, relatado na passagem, sustenta é que teria existido uma língua única e homogênea, na qual todos poderiam se comunicar com clareza até que, por culpa dos próprios homens, a obscuridade se fez presente, tornando a língua falha e imperfeita.

Nesse sentido, podemos observar que a língua, enquanto objeto de estudo, recebe múltiplos olhares e, conseqüentemente, diferentes cortes epistemológicos são efetuados, privilegiando aspectos fônicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Como sabemos, após a publicação da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, o *Curso de Linguística Geral*, em 1916, a Linguística obteve o *status* de ciência e, com seu objeto e método definidos, uma vasta gama de pesquisas ocorreu. Contudo, o campo que se ocupa do estudo das significações, isto é, a *Semântica*, permanece ainda desafiador e constitui, conforme Pêcheux (2009, p. 14)² um dos “terrenos tabus” dos estudos linguísticos. O autor ressalta que é nesse aspecto, ou seja, na Semântica, que a “Linguística tem a ver com a Filosofia” (2009, p.18).

Remontando às investigações filosóficas inaugurais no âmbito da linguagem, Aristóteles, na obra *Organon VI*, observa que, diante da impossibilidade de trazermos as coisas “em ato” ao delas falarmos, necessitamos dos nomes, os quais atuam como símbolos que representam as coisas. Para o filósofo, as confusões provenientes da linguagem ocorrem devido ao fato de que, enquanto os nomes são limitados, as coisas existem no mundo em número infinito. Percebemos, com base nisso, que para Aristóteles não existe uma relação unívoca entre a língua, enquanto elemento simbólico e o conteúdo por ela representado. Ao considerar que as representações, ou seja, os nomes são em menor número do que as coisas representadas, o filósofo entende como inevitável o uso de um mesmo termo para representar coisas diferentes. Vejamos nas palavras do autor:

Entre nomes e objetos, não há semelhança total: os nomes são em número limitado, bem como a pluralidade das definições, mas as coisas são em número infinito. É, portanto, inevitável que vários objetos sejam significados tanto por uma única

² Trata-se da 4ª edição da obra *Semântica e Discurso*, originalmente publicada em 1975.

definição como por um único e mesmo nome (ARISTÓTELES, 1996 p. 62).

Desse modo, essa discrepância sinalizada pelo filósofo resulta na existência de homonímias e ambiguidade, a última sendo referida por ele como *anfibia*. Embora ele entenda que tais fenômenos sejam inerentes à dicção, classifica-os como um tipo de falácia, explicando que podem ocorrer de três formas:

Um, é quando a expressão, ou o nome, na acepção própria, tem várias significações como *aetós* e *kuon*; outro, quando temos o hábito de utilizar um nome em mais de uma acepção; outro, enfim, quando as palavras, combinadas umas com as outras, têm vários significados, enquanto, em si mesmas, só têm um (ARISTÓTELES, 1996 p. 83).

O excerto acima nos permite observar que já em Aristóteles é possível perceber a ambiguidade como decorrência da própria língua – como nos dois primeiros casos apresentados, mas também como decorrente de fatores externos a ela, como no último caso apresentado pelo autor. Tal ponto é interessante na medida em que demonstra que, diferentemente da linha estruturalista, na qual tudo deve ser referido às relações que ocorrem no interior do sistema linguístico, já naquela época o filósofo percebia a necessidade de fazer referência a uma exterioridade.

A ambiguidade pela ótica da Semântica Formal

Dentre as teorias que se dedicam ao estudo do sentido, a Semântica Formal, de cunho positivista, busca criar hipóteses e em seguida expô-las a testes cujo intuito é falsificá-las. Desse modo, ao corresponder a determinadas condições necessárias e suficientes, isto é, a certas condições de verdade, pode-se afirmar o sentido de uma sentença, conforme ressalta Kempson³ (1980, p.13):

Em particular, ocupar-nos-emos da Semântica como parte de uma teoria linguística geral que é científica no sentido de que faz previsões empiricamente testáveis. Pois, se, ao contrário, uma hipótese é enunciada em termos tão vagos que não há como testar se é falsa ou não, então não temos meios de avaliá-la em confronto com a evidência dos dados (grifo nosso).

³ Ruth Kempson foi aluna do linguista fundador da perspectiva gerativismo Noam Chomsky, o que não deixou de influenciar suas pesquisas.

No oitavo capítulo de sua obra *Teoria Semântica*, Kempson trata de questões de ambiguidade, a qual considera como inerente à linguagem natural, sendo, portanto, um fenômeno semântico. Para a autora, a ambiguidade, embora possa parecer uma questão bastante bem delineada pelos linguistas, é desafiadora na medida em que necessita ser distinguida da vaguidade, ou seja, indeterminação, a qual pode ser caracterizada em quatro tipos:

- a) a primeira delas, a *vaguidade referencial*, acontece, por exemplo, com as palavras *city* e *town*, as quais significam “cidade” em inglês. Embora de acordo com o dicionário o termo *city* remeta a uma cidade grande e *town* a uma cidade pequena, é sempre necessário estabelecer uma relação com uma referência, já que uma cidade é vista como grande ou pequena em relação à outra. A autora esclarece, ainda, acerca desse exemplo, que por mais que fosse estabelecido um certo número de habitantes para que uma cidade fosse referida como *city* ou *town*, ao nos referirmos a uma cidade antiga romana, as quais possuíam um número baixo de habitantes, o problema persistiria. A *vaguidade referencial* ocorre quando um mesmo termo pode remeter a dois referentes;
- b) indeterminação do significado de um item ou sintagma, o que acontece, por exemplo, na sentença “o livro de João”, na qual o livro pode pertencer a João e/ou ter sido escrito por João;
- c) falta de especificação no significado de um item, como no exemplo apresentado pela autora, o item “pessoa”, o qual não nos possibilita saber o sexo, a idade, a raça, etc;
- d) disjunção na especificação do significado de um item. Um dos exemplos selecionado pela autora é “Os candidatos ao emprego devem ter um diploma de primeira classe ou certa experiência de magistério”, no qual, segundo ela, não há como saber se é necessário que os candidatos tenham ambos o diploma de primeira classe e certa experiência de magistério, ou apenas um dos dois.

Kempson define ambiguidade primeiramente como quando uma sentença pode ser verdadeira em circunstâncias diferentes, contudo, por entender que essa definição ainda pode causar confusão na distinção com vaguidade, prossegue com outra definição que classifica como alternativa: “uma sentença é ambígua se pode ser simultaneamente verdadeira e falsa, em relação ao mesmo estado-de-coisas” (KEMPSON, 1980, p.130).

Assim, com base no que desenvolve a semanticista, a vaguidade seria um problema complexo no sentido em que para resolvê-la seria necessário fazer referência ao exterior da língua, ao passo que a ambiguidade se resolveria voltando-se para questões concernentes à própria língua. Vale ressaltar, portanto, que, para essa autora, a ambiguidade é um fato de língua.

Percebemos, assim, que, no campo da Semântica Formal, opera-se com a noção de condições de verdade de sentenças e palavras e aplicação de testes que assegurem tais condições de verdade, como se assim fosse possível dar conta de explicar todos os fenômenos semânticos e de alguma forma dar conta de uma língua que se deseje transparente.

A ambiguidade pela ótica discursiva

Entrando no âmbito dos estudos do discurso, distanciamos-nos de noções como condições de verdade e transparência da linguagem. Isso porque, na perspectiva da Análise do Discurso francesa (doravante AD), estamos posicionados em uma teoria materialista, cujo objeto é o discurso e não a língua. Para melhor compreendermos a questão da ambiguidade nesta seara, é essencial trazeremos à baila algumas noções, tais como: língua, sujeito e sentido.

A língua nesta perspectiva é dotada de autonomia relativa, e, desta forma, distancia-se daquelas linhas teóricas que, ao considerarem a língua como tendo autonomia absoluta, acabam caindo no que Pêcheux (2012) chama de “narcisismo da estrutura”. Ela é a base material dos processos discursivos, conforme explica Rasia (2008, p. 159): “A língua entendida como materialidade do discurso é o meio que confere corporeidade às ideologias, sendo esse, em essência, o processo discursivo”. Os sentidos dos elementos linguísticos não são

dados aprioristicamente, pois não estão na língua, mas são construídos na relação que se estabelece entre língua, sujeito e ideologia. Em outras palavras, é pela inscrição do sujeito em uma formação discursiva, a qual é a materialização de uma ideologia, que o sentido se constitui para um sujeito. Nesse sentido, ao falarmos em sentido estamos, necessariamente, falando em sujeito e em ideologia, já que esta é a condição para que o indivíduo seja interpelado em sujeito.

É devido a sua autonomia relativa que podemos entender como uma mesma língua pode ser a base material de discursos diferentes e até mesmo antagônicos, conforme explica Pêcheux (2009, p. 81):

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*.

Partindo desse pressuposto que uma mesma língua pode ser a base para diferentes discursos, podemos entender que é próprio de sua ordem autorizar a divisão sob a aparência de homogeneidade. Sob uma ótica dialética, diríamos, portanto, que a língua abriga a contradição, isto é, a possibilidade de duas realidades distintas conviverem ao mesmo tempo. A esse respeito, Pêcheux e Gadet (2011) mencionam que tal condição é própria dos objetos ideológicos:

os objetos ideológicos implicados no interior das lutas de movimento são necessariamente objetos de paradoxo lógico. Eles têm uma estranha propriedade de ser ao mesmo tempo *idênticos e antagônicos entre si* (PÊCHEUX; GADET, 2011, p.97-98).

É neste sentido que podemos sustentar que a língua serve tanto para comunicar, quanto para não comunicar.

A partir da consideração de tais características, não podemos conceber uma língua transparente, dotada de univocidade. Para a AD, a língua é, portanto, conforme denomina Henry (1992), uma “ferramenta imperfeita”. Para Ferreira (2000), tal opacidade da língua tem relação com o seu real, ou seja, com o seu impossível, o qual resiste à simbolização. Disso decorre que o equívoco seja estruturante da língua:

A questão do real da língua foi um desses achados. A noção de que a falta é estruturante, de que a língua comporta em seu interior um espaço para falhas, as brechas, o impossível é, de certo modo, um endosso à tese da resistência (FERREIRA, 2000, p.9).

Tal concepção de língua nos levará a olhar para a ambiguidade não como algo que necessita ser expurgado, mas como algo que lhe é constitutivo. Pêcheux explica que o real é “constitutivamente estranho à univocidade lógica” (2012, p. 43), e, conseqüentemente ao considerarmos sua presença, podemos romper com o que o autor denomina de “coerção lógica disjuntiva”:

é impossível que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc. (PÊCHEUX, 2012, p. 30).

Portanto, o tratamento dado à ambiguidade revela qual a concepção de língua(gem) que o subjaz. Se se parte de uma perspectiva que trata a língua como transparente e dotada de univocidade, a ambiguidade é um fenômeno que vem perturbar essa condição, e deve, portanto, ser sanada. Por outro lado, se entendemos a equivocidade como constitutiva da língua, não há porque resolvê-la, mas sim entendê-la.

Um olhar para a representação da ambiguidade em *sites* pedagógicos

Com o intuito de observar as representações do fenômeno da ambiguidade, apresentaremos a seguir três recortes retirados de três *blogs* de cunho pedagógico, disponíveis na rede da internet. A noção de recorte como unidade de análise em AD foi desenvolvida por Orlandi (1984, p. 14) como um fragmento da situação discursiva, isto é, como “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”.

No primeiro *blog*⁴, encontramos a definição de ambiguidade e, em seguida, a mesma sentença apresentada no exemplo reescrita em um item cujo título é “eliminando a ambiguidade”, evidenciando a

4 Disponível em: <<http://professorricardoandrade.blogspot.com.br/2010/08/redacao-ambiguidade-e-parafrase-0102.html>>. Acesso em: 14 jul 2012.

consideração da ambiguidade como algo a ser eliminado para se atingir uma língua que não deixe incertezas.

No segundo *blog*⁵, a definição de ambiguidade é apresentada como quando algumas palavras possuem mais de um sentido e é seguida da afirmação de que “muitas vezes o texto é prejudicado pela má construção”, caso em que é classificada como sendo um vício de linguagem:

Recorte 1 – Em termos gerais, a palavra ambiguidade ocorre quando há mais de um sentido em algumas palavras, frases ou textos. Muitas vezes o texto é prejudicado pela má construção. Nesse caso, dizemos que a ambiguidade é um vício de linguagem (Blog 2).

A seguir, há sete sentenças ambíguas e uma breve explicação dos elementos que originaram ambiguidade. Há, ainda, um exercício que pede ao leitor que explique a ambiguidade presente em seis frases apresentadas. É interessante notar que esse *blog*, de autoria de uma professora de língua portuguesa, apresenta exercícios que visam explicar a ambiguidade, pois, ao entendê-la, os alunos poderiam evitá-la.

O terceiro *blog*⁶, também de autoria de uma professora de português, apresenta o tema da ambiguidade com o seguinte título: “Fuja da ambiguidade!” e segue discorrendo acerca da “arte de escrever” e da importância de aprimorá-la:

Recorte 2 – Fuja da ambiguidade! Escrever bem, como já dissemos, é uma arte. E para aprimorá-la cada vez mais, é preciso conhecer mais e mais a nossa amada (e por vezes odiada) Língua Portuguesa! Ela tem sim os seus mistérios, mas nada que não possamos desvendar! (Blog 3).

O recorte apresentado demonstra, ainda, a relação do sujeito com uma representação de língua como objeto de afeto (amor e ódio), a qual teria mistérios a serem descobertos. A partir disso, podemos entender que se trata de uma língua que se encontra exterior ao sujeito, o qual precisa investir sua energia em entendê-la para então fazer dela uso da forma que seria esperada.

Após apresentar a sentença “Macarrão levou Eliza para ser

5 Disponível em: <<http://fatimalp.blogspot.com.br/2012/05/ambiguidade.html>>. Acesso em: 14 jul 2012.

6 Disponível em: <<http://www.supersecretariaexecutiva.com.br/blog/posts/fuja-da-ambiguidade/>>. Acesso em: 14 jul 2012.

morta por amar Bruno” como exemplo, a professora explica que a ambiguidade encontra-se na impossibilidade de decidir se quem amava Bruno era Eliza ou Macarrão, e menciona:

Recorte 3 – Este é um exemplo que mostra como a ambiguidade pode causar problemas de interpretação. Para evitá-la, procure sempre reescrever as frases eliminando a dupla possibilidade de leitura. Tente mudar a ordem das palavras, trocar adjetivos ou pronomes (Blog 3).

Nesse terceiro recorte, fica explicitado o tratamento dado à ambiguidade como problema a ser evitado. A professora prossegue sugerindo que as frases sejam reescritas para que a dupla possibilidade de leitura seja eliminada. Mais uma vez, marca-se na materialidade linguística a busca por uma língua que veicule sentidos únicos, que seja capaz de comunicar com absoluta clareza.

Apartir da observação dos três *blogs* aqui mencionados, sobretudo dos três recortes apresentados, percebemos como a ambiguidade é representada como um problema a ser evitado. Considerando que os *blogs* são de cunho pedagógico, é válido ressaltar o fato de que o ensino de língua portuguesa em contexto escolar é ainda muito atrelado à concepção de língua como uma estrutura de relação unívoca com a realidade, buscando realizar uma “higienização” em qualquer elemento que venha a perturbar a precisão deste “veículo de sentidos exatos”.

Algumas considerações

Ao iniciarmos nossa reflexão, trouxemos a passagem bíblica de Babel, na qual a crença em uma língua transparente e clara, um veículo de comunicação perfeito, é apresentada. É impossível saber se esse seria o discurso fundador responsável pela cristalização desses saberes sobre a língua que se encontram já sedimentados.

Há, conforme mencionamos anteriormente, diversos olhares que a língua recebe enquanto objeto de estudo das diferentes teorias que se debruçam sobre questões de significações. Tivemos como fio condutor neste trabalho a questão da ambiguidade, e o fizemos, primeiramente, remetendo-nos aos escritos aristotélicos, nos quais encontramos a justificativa de tal fenômeno em uma discrepância entre a finitude dos nomes e a infinitude das coisas do mundo. Seguimos, então, percorrendo a ótica da Semântica Formal, que, em sua posição

formalista, trata a língua como uma estrutura abstrata, preocupando-se com o que Kempson (1980) denomina “previsões empíricas”. Passamos, então, para a teoria a qual nos filiamos, a AD, cuja concepção de língua aponta para sua relação com a ideologia, e, portanto, a entende como capaz de abrigar a contradição sob a aparência de homogeneidade. É devido a tal concepção que a ambiguidade nessa ótica pode ser vista como um momento em que se deflagra um fato constitutivo da língua, qual seja, que os sentidos sempre podem ser outros.

Para Ferreira (2000, p. 75), o estudo das significações podem se encontrar entre polos distintos:

os dois polos de toda a reflexão sobre a significação: de um lado, a *univocidade da linguagem*, garantia da comunicação interpessoal, de outro, a *ambiguidade fundamental da linguagem*, avessa à concepção de uma unidade ilusória.

Na breve análise que realizamos nesta reflexão, a qual se debruçou sobre *blogs* de caráter pedagógicos, observamos a busca por uma língua “limpa”, higienizada de qualquer ambiguidade que poderia comprometer a comunicação.

Neste momento final, é válido questionar quais fatores estariam motivando tal busca por uma linguagem transparente, clara e unívoca. Talvez a dificuldade em se admitir que a língua seja uma ferramenta imperfeita relacione-se com a impossibilidade do sujeito, enquanto inscrito na ordem do simbólico, de estabelecer uma relação de transparência com o mundo. Conforme Pêcheux (2012), a castração simbólica é “um fato estrutural próprio à ordem humana” e, ao conhecermos o mundo pela língua, e esta sendo imperfeita, nossas certezas e verdades são desconstruídas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Organon VI Elencos Sofísticos. In: ARISTÓTELES. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2000.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**. Língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

KEMPSON, Ruth. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.

ORLANDI, ENI P. **Segmentar ou recortar?** In: *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise do Discurso**. Textos escolhidos por EniOrlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

RASIA, Gesualda dos Santos. Entre a indeterminação e a determinação: o discursivo na materialidade linguística. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra e CAZARIN, Ercília A. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

ZANDWAIS, Ana. O discurso superestrutural sobre a "proteção" da língua no Brasil: ressonâncias interdiscursivas. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra e CAZARIN, Ercília A. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

Recebido em 16 de outubro de 2012.

Aceito em 19 de março de 2013.